

A LUTA PELA TERRA E AS TRANSFORMAÇÕES DE UM CAMPESINATO DO BAIXO ACARÁ, EM ACARÁ/PA

Edenilze C. Silva de Jesus¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6686-5822>

Mauricio Torres²

 <https://orcid.org/0000-0003-3579-6486>

RESUMO

O presente artigo é resultante de uma pesquisa etnográfica que analisa as transformações no uso da terra de uma comunidade tradicional camponesa chamada Centro Alegre, localizada na região do Baixo Acará, em Acará/PA, que, no início dos anos 2000, teve o seu território atravessado por uma rodovia estadual, a PA-483, conhecida como “Alça Viária”. O episódio descortinou uma série de questões não evidenciadas antes, a exemplo da instabilidade fundiária das terras onde havia sido construída a comunidade. De forma específica, ali tinha se consolidado, há anos, um campesinato de uso comum, porém, em terras que eram privadas. E, concomitante com o advento da rodovia, esse campesinato de uso comum foi bruscamente transformando em um campesinato parcelar. O que, não sem embargo, levou a inúmeras mudanças locais, sendo, uma delas, transformações relativas às formas de uso da terra. A pesquisa revelou que essa transmutação provocou impactos significativos nas formas de sobrevivência da comunidade. Como exemplo, cita-se a significativa diminuição do território da comunidade, provocado principalmente pelo aquecimento do mercado de terras e respectiva intensificação de venda das terras dos camponeses. Com isso, muitas famílias vivem, hoje, em um contexto de fortes limitações de recursos naturais em seus lotes, chegando ao ponto de a maioria delas não ter mais roçados e não desenvolverem as atividades agrícolas que antes desenvolviam.

Palavras-chave: Campesinato. Comunidades Tradicionais. Transformações no Uso da Terra.

THE STRUGGLE FOR THE LAND AND THE TRANSFORMATIONS OF A PEASANTRY OF BAIXO ACARÁ, IN ACARÁ/PA

ABSTRACT

This article is the result of an ethnographic research that analyzes changes on the use of land of a traditional peasant community called Centro Alegre, placed in Baixo Acará area in Acará/ PA, that in the beginning of the 2000's has its territory crossed by a state highway called PA - 483, also known as “Alça Viária”. This fact showed a series of hidden issues such as land instability of areas where community had been built. In a specific way, that place had built up for many years an common usage of peasantry, but in private lands. And at the same time with the arrival of the highway, the common usage peasantry was suddenly changed into parceled peasantry. This fact brought to many local changes and, one of them changes relating to ways of usage of land. This research showed that these changes caused important impacts on community ways os survival. For instance, the important decrease of community area, caused mainly by the market of lands and respective intensification of selling peasants' lands. Thus, many families today live strong contextos of natural resources shortage in their lots, and so most of them are not cut anymore and they don't develop the same rural activities that were done before.

Keywords: Peasantry. Traditional Communities. Changes on the Usage of Land.

¹ Mestre em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará. E-mail: denizesilva18@hotmail.com.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará. E-mail: mautorres@ufpa.br.

LA LUCHA POR LA TIERRA Y LAS TRANSFORMACIONES DE UN CAMPESINADO DEL BAIXO ACARÁ, EN ACARÁ/PA

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación etnográfica que analiza los cambios en el uso del suelo en una comunidad campesina tradicional denominada Centro Alegre, ubicada en la región del Baixo Acará, en Acará / PA, que a principios de la década del 2000 tenía su territorio atravesado por una carretera estatal, la PA-483, conocida como “Alça Viária”. El episodio develó una serie de cuestiones que no se habían destacado antes, como la inestabilidad de la tenencia de la tierra sobre la que se había construido la comunidad. En concreto, allí se había consolidado un campesinado de uso común durante años, pero en tierras que eran privadas. Y concomitante con el advenimiento de la carretera, este campesinado de uso común se transformó abruptamente en un campesinado fragmentado. Lo que, no sin embargo, provocó numerosos cambios locales, uno de ellos relacionado con las formas de uso del suelo. La investigación reveló que esta transmutación tuvo impactos significativos en las formas de supervivencia de la comunidad. A modo de ejemplo, existe una disminución significativa en el territorio de la comunidad, provocada principalmente por el calentamiento del mercado de tierras y la respectiva intensificación de la venta de tierras campesinas. Como resultado, muchas familias viven hoy en un contexto de fuertes limitaciones de recursos naturales en sus lotes, llegando al punto en que la mayoría de ellas ya no tienen pasto y no desarrollan las actividades agrícolas que solían hacer.

Palabras clave: Campesino. Comunidades Tradicionales. Transformaciones en el Uso del Suelo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo³ analisa as transformações no uso da terra de uma comunidade tradicional camponesa chamada Centro Alegre, localizada na região do Baixo Acará, em Acará/PA, que, no início dos anos 2000, teve o seu território atravessado por uma rodovia estadual, a PA-483, conhecida como “Alça Viária”. A construção da rodovia foi resultante de um projeto infraestrutural governamental que visava implantar um complexo de estradas e pontes que possibilitasse a integração da região metropolitana de Belém ao interior do estado do Pará (Setran, 1999).

Ao ser implantado, o projeto interceptou os municípios de Marituba, Acará e Moju (Setran, 1999). Em Acará, a rodovia percorreu aproximadamente 31,6 km, na porção conhecida como Baixo Acará. Região que, até os anos 2000, não contava com acesso rodoviário e que ainda guardava alguma área de floresta, alternada com a presença de diversas comunidades tradicionais que viviam da agricultura, extrativismo e eventual exploração de madeira (Setran, 1999). São os casos, por exemplo, das comunidades Genipaúba, Fortaleza, Açú, Céu, Nínive, Nova Esperança e Centro Alegre.

³Este artigo é parte da dissertação intitulada “Do uso comum ao parcelamento da terra: as transformações territoriais de uma comunidade tradicional camponesa do Baixo Acará, em Acará/PA”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A dissertação estudou as transformações territoriais e sociais ocorridas na região do Baixo Acará, com enfoque para a comunidade Centro Alegre, após a implantação do projeto Alça Viária. No presente artigo, o recorte foi dado às transformações no uso da terra da referida comunidade.

Em Centro Alegre, a rodovia atravessou a área patrimonial (centro) da comunidade e acarretou uma série de impactos socioambientais ao local. O principal deles foi derivar, em transformações, na situação fundiária e territorial da comunidade, culminando em novas formas de apropriação e de uso da terra. De forma específica, o antigo território, antes vivido sob a forma de uso comum da terra, foi fragmentado em parcelas individuais de terra, transformando-se, a partir de então, em um campesinato parcelar (de uso individual).

Essa situação coloca em evidência a fragilidade de comunidades tradicionais diante de grandes projetos de infraestrutura. De forma geral, o impacto de obras de infraestrutura sobre territórios tradicionalmente ocupados ocorre como resultado da mobilização dos aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas e projetos como uma ordem a ser acatada a todo custo (Almeida, 2011). Como consequência disso, medidas, decisões, projetos e programas governamentais, assim como leis e iniciativas legislativas, são adotados sem a devida informação, escuta e consideração aos povos e comunidades afetados, em que pese a obrigação supraconstitucional que assiste esses grupos de serem ouvidos (Garzón; Yamada; Oliveira, 2016).

Consoante a isso, políticas de crescimento econômico se encarregam de promover a construção de hidrelétricas, rodovias, portos etc., obras quase sempre apontadas como solução para o “desenvolvimento” e erradicação da “pobreza extrema”, e atuam também como justificativas que levam a uma territorialização, de acordo com o potencial de uso mercantil dos recursos naturais de onde são implantadas (Almeida, 2011).

Isso mostra que, de um lado, há um discurso que, como disse Almeida (1989), é pautado no interesse em “desenvolver”. Por outro lado, há as múltiplas realidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais grupos sociais que ocupam tradicionalmente os territórios onde são injetadas essas formas de desenvolvimento. São territórios e realidades que simplesmente são penetradas e transformadas, sem que, necessariamente suas opiniões sejam ouvidas e levadas em consideração.

Foi como contraposição a esse modelo de desenvolvimento que, na Amazônia, emergiram as muitas lutas pela terra e a reação obstinada dos povos indígenas, dos migrantes e posseiros de várias origens, dos remanejados da barragem de Tucuruí, e de muitos outros grupos; lutas que muito marcaram a história da Amazônia nas últimas três décadas do século XX (Hébette; Magalhães; Maneschy, 2002) e que contribuíram para o fortalecimento da defesa dos territórios e dos direitos desses grupos.

Do ponto de vista jurídico, o reconhecimento dos grupos que tradicionalmente ocupam os territórios ganha relevância com a Constituição Federal (CF) de 1988, quando os povos indígenas conquistam o direito de continuarem a ser indígenas para sempre⁴, à medida que, apenas então, as

⁴ A esse respeito, conferir o parágrafo 1º do Art. 231 da CF de 1988.

terras indígenas passam a ser perenes, e não uma reserva durante o período em que os indígenas eram “incorporados” à dita sociedade nacional (Marés, 1998). Pouco tempo depois, quando o Brasil se tornou signatário da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), esse reconhecimento ganhou maiores proporções. Dentre outras atribuições, a Convenção 169 assegurava a proteção de povos e comunidades tradicionais e o acesso desses grupos a seus territórios, com destaque para o direito à consulta, o direito de permanecer em seus territórios e o direito de retorno a esses territórios (Lopes, 2013).

Outra importante conquista desses grupos foi a promulgação, em 2007, do Decreto 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecendo, entre outras providências, o reconhecimento de direitos territoriais para comunidades tradicionais, algo, até então, restrito a povos indígenas e comunidades quilombolas.

Mas, embora esses direitos tenham sido garantidos via legislação, na prática isso pouco tem se efetivado. Em primeiro lugar, é importante pesar o fato de que, mesmo com o reconhecimento dos direitos territorial às comunidades tradicionais, a questão jamais foi regulamentada, não existindo, até hoje, a especificação de qual seria a figura jurídica de destinação fundiária para efetivar tal direito, tampouco especificando o órgão responsável pela sua criação e implementação nos territórios.

Vemos ainda que, dia a dia, grupos vêm sendo expropriados por grandes empreendimentos em processos onde não se concretiza a adequada participação de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais nas tomadas de decisões do Estado, que afetam diretamente esses grupos (Garzón; Yamada; Oliveira, 2016).

Pautado nessa discussão acerca do acesso aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, pretendemos, no presente artigo, refletir sobre as consequências da intervenção de grandes projetos nos territórios e nos modos de vida dessas populações. A partir da situação vivida na comunidade de Centro Alegre, objetivamos, mais especificamente, mostrar as transformações nas formas de uso das terras da comunidade após a implantação do projeto “Alça Viária”.

DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi construída com base em dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos via trabalho de campo, com informações adquiridas na própria comunidade, através de entrevistas realizadas com os camponeses pertencentes à comunidade, além de outros interlocutores que estiveram envolvidos no processo de transformação da comunidade após a implantação da rodovia.

Também foram efetivadas buscas em arquivos de organizações ou banco de dados, principalmente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sindicato dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais de Acará (STTRA), a Igreja Evangélica Assembleia de Deus presente na comunidade, além da delegacia sindical local.

Em relação aos dados secundários, foi realizada pesquisa bibliográfica com objetivo de buscar por literaturas que ajudassem na compreensão sobre: campesinato, comunidades tradicionais, processo de territorialização, uso comum da terra, assim como demais leituras que ajudassem a entender Centro Alegre e as transformações pelas quais passou.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos, nesta pesquisa, as abordagens quantitativa e qualitativa (Brumer et al., 2008). A abordagem quantitativa foi indispensável porque permitiu que realizássemos etapas específicas, a exemplo do georreferenciamento da área estudada para compreensão dos limites da comunidade antes e após a divisão da terra em lotes.

Mas, pelos anseios e características desta pesquisa, fez-se também necessário realizar uma abordagem qualitativa. E, neste caso, consideramos indispensável a escolha da etnografia como método estruturante do trabalho de campo. A escolha pelo método etnográfico pautou-se na necessidade de transcender a superficialidade dos fatos analisados, investigando a comunidade para compreender como se dão as relações sociais dos atores ali presentes. Pois, na etnografia “observa-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas, com o objetivo de revelar o significado cotidiano nos quais as pessoas agem; a finalidade é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação” (Mattos, 2011, p.51).

Para realização do estudo etnográfico, a observação e as entrevistas do tipo “história de vida” foram balizas fundamentais. Pois, por meio da observação, buscamos entender o universo da comunidade, o dia a dia das famílias, as relações de vizinhança, de parentesco, o vínculo religioso, as atividades produtivas desenvolvidas, uma tentativa de profunda compreensão de como vive a comunidade hoje e quais mudanças foram mais marcantes para eles. Becker (1994, p.120) afirma que, no processo de observar, “o observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades”.

Foi a partir desses caminhos metodológicos que tentamos fazer uma leitura de Centro Alegre, antes e após a implantação do projeto Alça Viária.

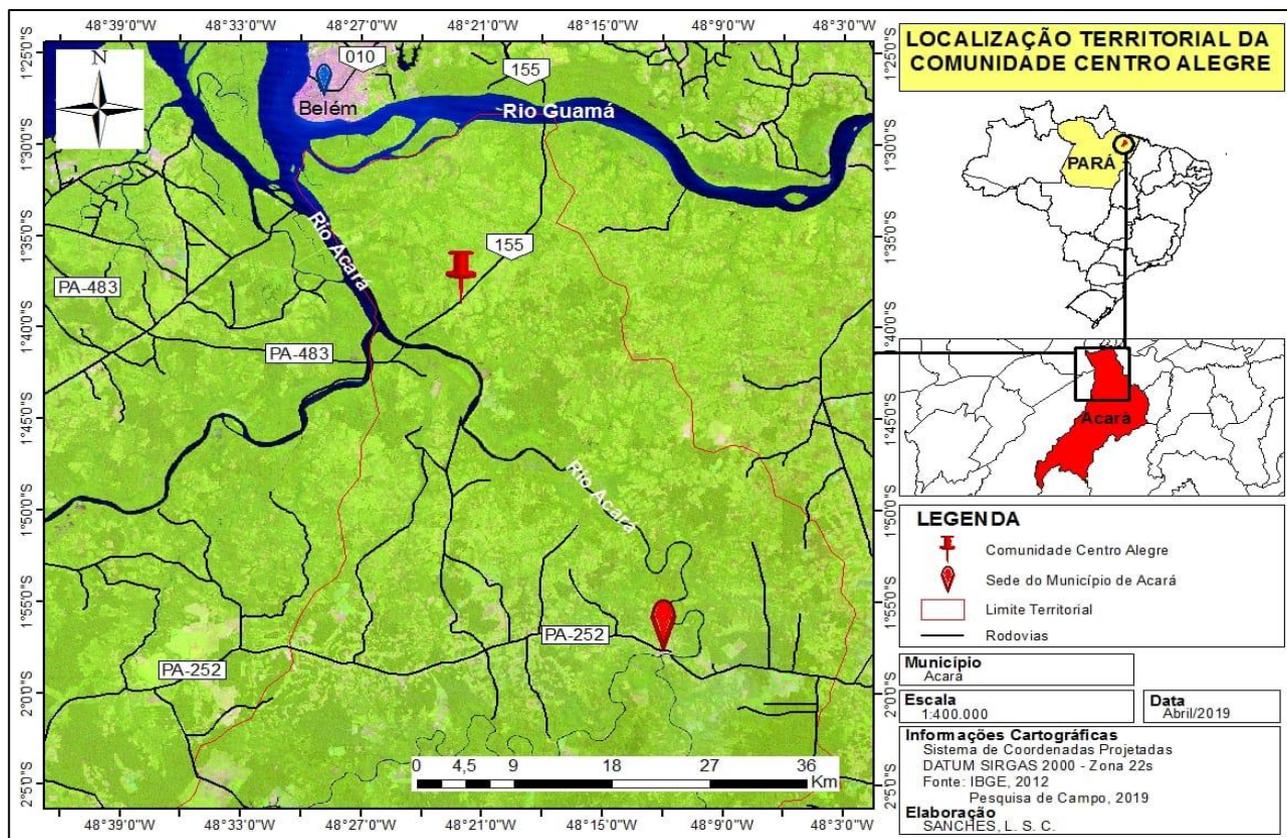
A HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO AGRÍCOLA DA COMUNIDADE CENTRO ALEGRE ANTES DO PROJETO ALÇA VIÁRIA

Centro Alegre é uma das inúmeras comunidades tradicionais camponesas⁵ que compõe a extensa zona rural do município de Acará/PA. Localizada na região do Baixo Acará, essa comunidade

⁵ Para a categoria de comunidades tradicionais, valemo-nos da definição elaborada por Almeida (2004), que atribui a essa categoria todos os agentes sociais que manifestam consciência de sua própria condição de sujeitos com existência coletiva. Segundo o autor, pelo critério político organizativo, existe uma diversidade de grupos que se enquadram nessas situações, tais como “seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores, que

fica a 5 km do rio Acará, a 85 km da cidade de Acará e a 40 km da capital do Pará, Belém (ver mapa 1).

Mapa 1 – Localização da comunidade Centro Alegre, em Acará/PA



Elaboração: Leonardo Sanches (2018), especialmente para este trabalho.

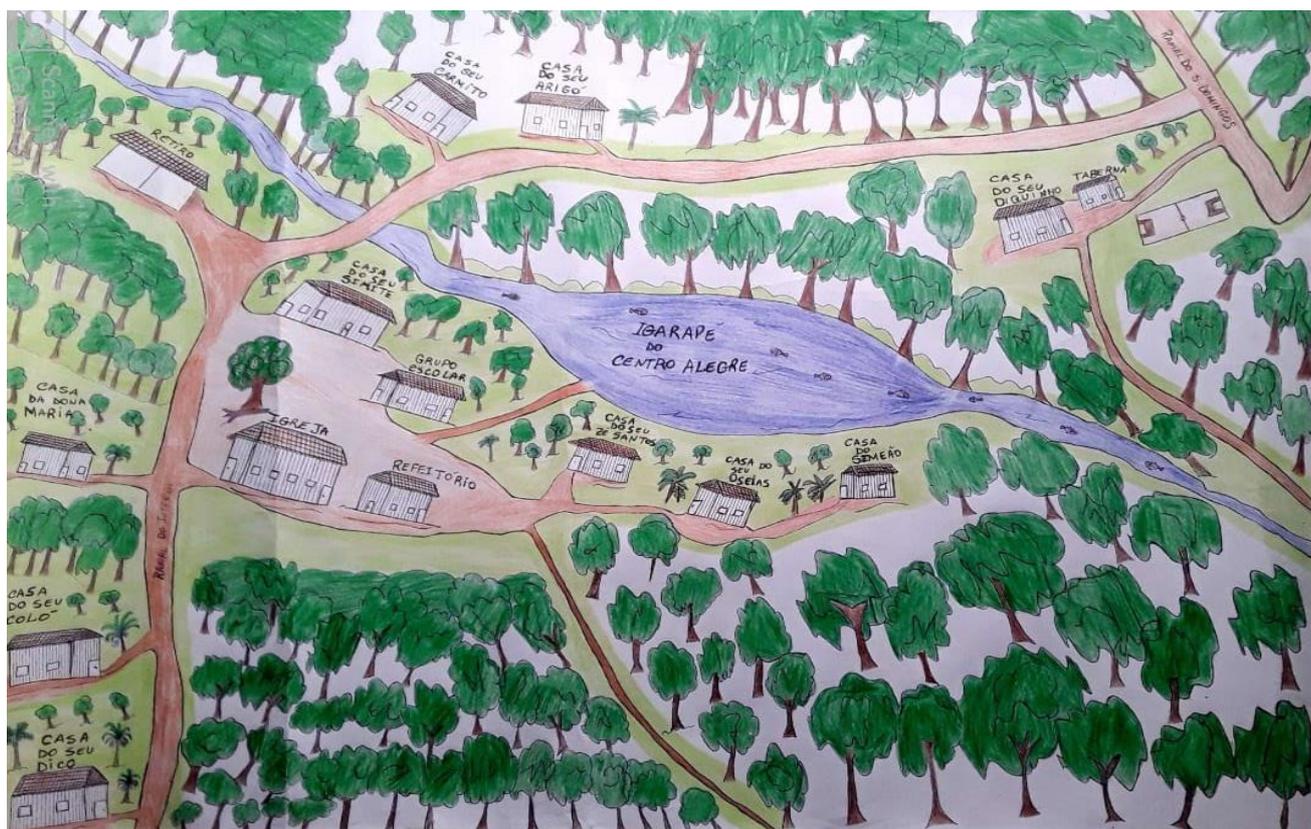
A formação dessa comunidade se deu quando, em 1962, três famílias camponesas foram autorizadas a ocuparem os fundos de uma propriedade privada de terra, chamada de *Terras São Joaquim*.

Mesmo em condição inicial de *agregados* em uma terra alheia, as famílias desbravaram aquelas terras e, do lugar, fizeram sua morada e vida. Desenvolveram um trabalho agrícola, caracterizado pela produção de roças de mandioca, arroz e milho, predominante. Além disso, também se registrava uma diversidade de outros produtos que complementavam a alimentação e a renda das famílias, tais como: batata doce (*Ipomoea batatas*), cará-roxo (*Dioscorea trifid*), banana (*Musa*), jambu (*Acmella oleracea*), chicória (*Cichorium intybus*), alfavaca (*Ocimum basilicum*), maxixe (*Cucumis anguria*), jerimum (*Cucurbita moschata*), entre outros.

têm se estruturado igualmente em movimentos sociais” (Almeida, 2004, p. 6). No entendimento aqui adotado, as categorias *comunidade tradicional* e *campesinato* não se negam ou excluem-se mutuamente. Em termos de organização econômica, social e de modo de vida, o conceito de campesinato nos ajuda a explicar a comunidade de Centro Alegre. Em termos de sujeitos de direitos territoriais específicos, valemo-nos da categoria comunidade tradicional. De modo geral, temos que as comunidades tradicionais são um segmento camponês, um grupo camponês. Assim, a partir do que desenvolvemos, tratamos a comunidade tradicional de Centro Alegre como uma comunidade camponesa.

Com o passar do tempo, as famílias naturalmente se expandiram e, a partir delas, formaram-se novos núcleos familiares. Em 1977, com a fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, novas famílias também foram atraídas para lá, transformando a parte traseira das Terras São Joaquim em um vilarejo, que posteriormente foi chamado de Centro Alegre. E onde, com o passar do tempo, trabalho e vivência foi consolidado uma sociedade camponesa, pautada no uso comum da terra (figura 2).

Figura 2 – Configuração da comunidade Centro Alegre antes do parcelamento da terra. Notar que a igreja e o igarapé eram centrais na configuração do espaço. Notar, ainda, a abundância de vegetação



ao redor

Fonte: Elaborado por dois moradores de Centro Alegre, sendo: o pai, Teodolino Conceição Trindade (quem concedeu a memória) e o filho, Ediel Brito Trindade (quem fez o desenho). Ano 2020, desenhado especialmente para este trabalho.

A específica forma de ocupação territorial, pautada no uso comum da terra, é relativamente comum em comunidades tradicionais (Andrade, 1990). Nesses casos, de maneira geral, um grupo vive num espaço considerado comum, indiviso, e com regras próprias que disciplinam as relações com a terra e com os recursos naturais (Andrade, 1990).

No caso da comunidade Centro Alegre, durante o seu processo de desenvolvimento foram consolidadas regras e acordos específicos que definiam quais recursos naturais eram de uso coletivo, e quais eram de uso privativo da família. Essas regras definiam, por exemplo, o uso do mato

(vegetação densa, mais antiga), das capoeiras (vegetação mais jovem), dos recursos hídricos, o local de uma nova roça, o uso da área patrimonial da comunidade, e assim por diante.

As roças eram posicionadas em locais variados, conforme a disponibilidade de mata ou capoeira.

Pesquisadora: Aqui também no Centro Alegre vocês tinham esse negócio de respeitar o limite do trabalho de cada um?

Emercindo: Cada um tinha os seus lugares de trabalho. O Coló, eu, o Simite, o Simeão, a gente eram só num bolo. Mas assim, [caso um de nós dissesse] “olha, eu vou marcar uma roça em tal parte (cada um já sabia), tem uma capoeira lá assim e assim, eu já fui lá ver e eu vou fazer uma roça lá”. Aí fazia e não dava briga, o cara já sabia e já ia procurar pra outro lugar pra ele fazer.

Pesquisadora: Mas dentro da mesma terra, não é?

Emercindo: Da mesma terra.

Pesquisadora: Era uma comunicação só entre vocês?

Emercindo: Era.

Pesquisadora: Então se o senhor fizesse uma roça numa capoeira aqui, passados quatro anos, por exemplo, se outra pessoa quisesse fazer no mesmo lugar, ele marcava, avisava vocês, e não dava briga?

Emercindo: É, se ele dissesse... “ah, eu vou fazer uma roça, vai pegar um pouco daquela capoeira tua” aí ele já sabia onde era o local, aí eu dizia “pode fazer!” Aí não dava problema. Porque geralmente eu fazia roça, eu e o Simite a gente tinha lá a área, mas quando dava certo da gente fazer no outro lugar assim, fora de lá, a gente fazia. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, comunidade Centro Alegre, fev., 2020).

Ou seja, cada roça era de uso privativo da família, mas o local onde elas eram feitas, não. Nesses casos, eram justamente os acordos simbólicos traçados entre eles que estabeleciam a transição entre o que era privativo da família e o que podia ser de domínio coletivo.

No desenvolvimento do trabalho agrícola, por exemplo, era comum todas as famílias se juntarem e desenvolverem suas atividades através de práticas de ajuda mútua, tais como: mutirões, “putirões” e dar dia de serviço⁶.

Essas formas de trabalho eram recorrentes nas etapas de preparo das roças (roçar, brocar, derrubar); de fazer o plantio; de fazer as farinhadas⁷; nos trabalhos da igreja; e até nas viagens para comercialização dos produtos agrícolas em Belém/PA – que se constituía como o principal receptor da produção da comunidade e da maioria das comunidades do Baixo Acará.

[...] na época da cultura da lavoura, época de roçar, a gente roçava junto, trocando dia, trabalhando juntos... Família do Simite, família do Coló, família do teu avô Dico. Todos nós fazíamos roça fazendo mutirão, trocava dia... Tinha vez que a gente levava a merenda, quando não, o dono dava, mas a gente sempre trabalhou junto, assim. Derrubar, que nessa época não tinha motor serra, era no machado, derrubava de machado no mutirão, plantar maniva, capinar... até a *fazeção* da farinha quando estava muito aperreado, pedia ajuda um

⁶ Essas denominações fazem referência a diferentes práticas de ajuda mútua desenvolvidas pelos camponeses da comunidade. Cada prática era desenvolvida de acordo com regras simbólicas, estabelecidas pelos próprios camponeses.

⁷ A farinhada era a expressão adotada para descrever o processo de fazer farinha em grande proporção. Uma farinhada nunca ocupava apenas metade de um dia, por exemplo, geralmente alcançava de dois a três dias. Além de consistir em uma das etapas do trabalho, esse era também um momento de descontração e fraternidade, pois, envolvia toda a família e mais outras pessoas que geralmente iam para ajudar. Na farinhada, assim como nos mutirões, a alimentação era partilhada para todos, além disso, muitos casos e histórias eram socializados nesses momentos.

pro outro. ‘Cansamos’ de trabalhar juntos até na *fazção* de farinha. O Coló ou o Simite pediam: “dona Raimunda, dá pra senhora mandar um dos meninos pra me ajudar tal dia?” Não era nem pago, era só trocar o dia. Aí quando nós precisávamos era a mesma coisa. Pra levar carga daqui pra onde o barco pegava, tudo era trocado, todos tinham seus animais [cavalos], mas dia de levar carga a gente trocava, porque era muita carga, aí a gente fazia essa união: cavalo do Simite, cavalo do Coló, cavalo do Simeão, cavalo do Dico, o nosso cavalo. Já hoje mudou! porque muitos não trabalham mais em roça, já trabalham empregado, outros foram embora pra Belém. Aí já separou mais a relação por isso, mas na época que era desse jeito, que era só roça e farinha, era muito bom pra nós, porque nós trabalhávamos todos unidos. (Entrevista com Teodolino Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun., 2019)

Essa forma de reprodução social de Centro Alegre se assemelhava ao que fora identificado por Hébette (2002) no estudo do campesinato consolidado ao longo da rodovia Transamazônica e em torno dos seus dois longos polos, Altamira e Marabá.

Naquele campesinato, a força dos colonos no enfrentamento dos seus problemas restringia-se ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das relações pessoais e coletivas de vizinhanças e da coesão confessional das agremiações religiosas (Hébette, 2002). No campesinato estudado pelo autor, essas relações se entrelaçavam e se superpunham com muita frequência, mostrando-se muito importantes, no isolamento da fronteira, para uma superação parcial das dificuldades e, em particular, para a fixação e consolidação da posse da terra e na elaboração de projetos e estratégias de âmbito familiar e local (Hébette, 2002).

Assim como entre os camponeses da Transamazônica, entre os camponeses de Centro Alegre, essas correlações sociais no enfrentamento das dificuldades eram evidentes. Era a força da união no trabalho agrícola e na igreja que os conduziam a lutar por seus ideais e a também consolidar a posse da terra. Todavia, em um ponto bem específico os dois campesinatos se diferenciavam: na forma de domínio das terras onde trabalhavam e viviam.

Diferentemente dos camponeses estudados por Hébette (2002), os camponeses de Centro Alegre viviam um sistema de uso comum, porém dentro de terras que eram privadas. As terras tinham “um dono”, e não eram aqueles camponeses de Centro Alegre. Essa específica configuração fundiária levava aqueles indivíduos a condicionamentos específicos na forma de uso da terra, no sentimento de pertencimento ao lugar e na relação com o direito de posse das terras.

Por causa dessa configuração, o trabalho realizado nas terras, por exemplo, conferia aos camponeses apenas o direito de consumo e comercialização dos produtos resultantes desse trabalho, nunca a apropriação individual/privada dessa terra.

Isso também veio a ser crucial no processo de exclusão de direitos territoriais daquele grupo, quando houve a chegada da rodovia, conforme veremos mais adiante.

“NÃO VAMOS PERMIRTIR QUE FAÇAM DO PARÁ UMA MALA SEM ALÇA”: A CONSTRUÇÃO DA ALÇA VIÁRIA COMO SINÔNIMO DE “DESENVOLVIMENTO”

De forma geral, a proposta de interligação territorial da região norte ao restante do país não é recente. Inicia-se a partir do final do século XIX, com a construção de grandes ferrovias cortando a Amazônia, como é o caso da estrada de ferro de Bragança, construída entre os períodos de 1883 a 1865 (Conceição, 2002), e da ferrovia do Tocantins, implementada entre os anos de 1890 e 1946 (Magalhães, 2002).

Mas é, sobretudo, da segunda metade do século XX em diante, que essa interligação se intensifica, especialmente a partir da década de 1970, quando o governo militar passa a instituir, via políticas territoriais, a construção de rodovias interligando várias localidades e municípios do estado do Pará, e este a outras regiões do país (Oliveira Neto; Nogueira, 2019).

A integração territorial do Brasil [...] consistia em linhas traçadas nos mapas interligando as cidades, capitais estaduais e dos territórios federais com as cidades que eram o centro econômico e político do país naquele momento, São Paulo e Rio de Janeiro. A efetivação desses planos começa no governo de Juscelino Kubitschek, com abertura de dois grandes rodoviários que interligaram as cidades de Belém até Brasília e de Rio Branco e Porto Velho até Brasília, no início da década de 60, sendo somente a partir de 1968 que o governo federal retoma o projeto de integração com o início da construção das rodovias Manaus-Porto Velho e Manaus-Boa Vista e a partir de 1970 com abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. (Oliveira Neto; Nogueira, 2019, p. 2)

De forma geral, os projetos de integração justificavam-se pela necessidade básica de integração física e pelo povoamento do território amazônico. Mas, sobretudo, eram pautados no interesse de exploração do potencial econômico dessa região. Foi assim que, por exemplo, foram implantadas as rodovias Belém-Brasília (BR-010), a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá Santarém (BR-163).

No caso específico da rodovia Alça Viária (PA-253), sua concepção foi bem depois, por meio do programa “*Avança, Brasil*”, lançado durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), para dar continuidade ao programa “*Brasil em Ação*”, desenvolvido em seu primeiro mandato (1994-1998).

Um dos principais objetivos do “*Avança, Brasil*” era promover uma aceleração no crescimento econômico do país. E, para isso, os investimentos em projetos infraestruturais atuavam como pilares da ação governamental.

No estado do Pará, as ações do “*Avança, Brasil*” influenciaram para que, nas últimas décadas do século XX, o governo paraense recebesse do governo federal fortes incentivos financeiros para a implantação de projetos infraestruturais que pudessem promover a integração do extenso território paraense, de modo a conduzir a um novo destino econômico para a região (Rocque, 2001). Um dos projetos infraestruturais planejados nesse período foi o projeto Alça Viária.

A Alça Viária é um dos projetos do Sistema de Integração do Pará (SIP), formado por um conjunto de rodovias e hidrovias, incluindo as eclusas de Tucuruí, que vão impulsionar o desenvolvimento do entorno de Belém e integração definitiva [de] todo o Pará. Dos 143

municípios paraenses, 102 sofrerão influência direta da Alça Viária, um anel sobre os rios Moju, Acará e Guamá, integrando à Região Metropolitana de Belém uma vasta área agricultável, com 460.437 quilômetros quadrados, com condições especiais de diversidade de seus recursos naturais e com uma infraestrutura física bastante considerável, pois já existem rodovias, portos e energia elétrica. Como uma das consequências imediatas do projeto, o porto de Vila do Conde, em Barcarena, será transformado em terminal de carga geral. (Rocque, 2001, p. 287)

A rodovia objetivava interligar logisticamente a Região Metropolitana de Belém (RMB) a locais onde já estavam instalados outros projetos, como a usina hidrelétrica de Tucuruí (em Tucuruí) e o complexo Albrás – Alunorte (em Barcarena). Aumentaria ainda a logística entre municípios estratégicos economicamente. Ao Sul, a rodovia alcançou a PA – 151 (Abaetetuba-Barcarena-Belém), que se liga à PA-150 (Marabá-Tailândia-Moju-Belém), importantes rotas de transporte que estabelecem vínculos entre os municípios situados ao longo das mesmas (Lima et al., 2008).

“No caso da integração nacional, menciona-se a BR-010 (Imperatriz - Açailândia - Paragominas - Belém) e a BR-316 (São Luís - Bragantina - Belém), que são os vetores de integração do Norte ao Centro e ao Nordeste do país (tronco Belém - Brasília)” (Lima et al., 2008, p. 24-25), ver figura 1.

Figura 1 – Interligação territorial da rodovia Alça Viária



Fonte: www.systra.com.br

A rodovia possibilitaria também o escoamento da produção do dendê, que logo depois se alastrou em áreas rurais dos municípios de Acará, Moju, Tailândia e demais municípios do Pará (Rocque, 2001).

Alguns críticos da implantação da Alça Viária explicam que, em virtude das vantagens econômicas anunciadas, o governo do estado do Pará defendeu a implantação da rodovia a qualquer custo.

Um dos anúncios [do governo] conclamava a população a não permitir “que façam do Pará uma mala sem alça”. No maior dos anúncios publicados, a Alça Viária é apresentada como integrada a um “projeto para o futuro”, ao lado do porto de Santarém (e da rodovia Santarém-Cuiabá), da PA-150 e das suas eclusas. (Pinto, 2000, p. 1; os grifos são nossos).

Lucio Flávio Pinto (2000) alerta, ainda, para a não consideração, por parte do governo, dos impactos negativos que a implantação da rodovia causaria às áreas de influência do projeto.

Se o governo não quer considerar quanto custa o seu projeto para a ligação terrestre entre Belém e o porto de Barcarena, e qual o seu benefício, se proclama ser irrelevante o impacto negativo da obra [...] então é claro que deve-se continuar a tocar a Alça Viária tal como está. Mas para tanto é preciso voltar no tempo e esquecer o que se aprendeu, a partir da década de 70, sobre os aspectos negativos de uma estrada de rodagem na Amazônia, desde sua comparação ao transporte hidroviário, até os efeitos multiplicados (mas nem sempre perceptíveis de imediato, ou previsíveis) da sua existência sobre o solo, o clima, a flora, a fauna, a hidrologia, as populações nativas e as relações de troca da Amazônia com o mundo externo, das quais o Pará tem sido – como dizem os acadêmicos – um paradigma nada edificante. (Pinto, 2000, p. 1-2)

As experiências de implantação de projetos infraestruturais na Amazônia mostram que não são poucos os efeitos resultantes desses processos sobre os territórios quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros.

Em Acará, a rodovia percorreu uma extensão aproximada de 31,6 km, numa parte do município conhecida como Baixo Acará. Região que até os anos 2000 vivia isolada, em termos de malha rodoviária, e concentrava uma significativa área de mata, alternada com a presença de diversas áreas manejadas por comunidades tradicionais.

Portanto, o que anunciou Lúcio Flávio Pinto (2000) não se demorou a acontecer. Tão logo a Alça Viária foi anunciada, inúmeras comunidades sentiram os seus impactos, muitos dos quais deletérios às formas de existência daqueles territórios tradicionalmente ocupados.

A RODOVIA NA COMUNIDADE: O CERNE DA TRANSFORMAÇÃO DA TERRA

Até o final da década de 1990, os camponeses de Centro Alegre seguiam suas lógicas e regras próprias para conduzirem suas atividades agrícolas, para cumprirem com sua religiosidade e para conduzirem a própria vida em comunidade. Constituíam, até então, um campesinato tradicional, assim como muitos outros existentes nas matas da floresta amazônica.

Mas, quando, no início dos anos 2000, o projeto Alça Viária atravessou aquelas terras do Baixo Acará, a configuração da comunidade Centro Alegre entrou em um brusco e definitivo processo de transformação.

Ao ser construída, a rodovia atravessou a parte central do território da comunidade, esfacelando-a em partes distintas. A ação atingiu residências, sítios, áreas de mato onde se faziam as roças e atingiu, ainda, o principal recurso hídrico local, impossibilitando-o de continuar servindo a comunidade. Graças à resistência dos camponeses, a rodovia não alcançou também o templo da igreja evangélica, pois, pelo projeto original, a igreja seria destruída.

O projeto tocou também na questão fundiária daquelas terras. Uma vez que, para efetivar a indenização das famílias atingidas, estas necessitavam comprovar, com documentos, o domínio da terra em que viviam. Mas esses documentos simplesmente não existiam. E não existiam porque quem cedeu a terra para uso, não a cedeu para domínio definitivo.

Domínio, agregação, posse e conflito: a luta pela terra

Voltemos no tempo para entender um pouco isso. Quando, em 1962, as três famílias camponesas entraram para trabalhar e viver na parte traseira das Terras São Joaquim, essas terras pertenciam a oito indivíduos de uma mesma família. Foram-lhes repassadas, legalmente, um pouco antes, em 1960, por efeito de usucapião, conforme descrito no documento oficial dessa propriedade: a Certidão das Terras São Joaquim, que, em um de seus trechos, declarava:

Certifico em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que foi transcrita [...], em 09/06/1960, a transmissão por efeito de **usucapião**, do imóvel seguinte: terras denominadas ‘SÃO JOAQUIM’, à margem direita do igarapé Baiaquara, afluente do Rio Acará, comarca desta capital, neste Estado, medindo meia légua de frente, por meia légua de fundos, mais ou menos, confinando pelo lado de baixo com terras “Bom Jesus”, de herdeiros de Raimundo Gerônimo Carneiro, pelo lado de cima com terras “Paraíso”, de herdeiros de Joaquim Oliveira (respeitada as áreas das mesmas terras que estão em poder de ELEUTÉRIA LOPES DA SILVA, sem lesão de direitos); sem valor declarado; sendo adquirentes: **ANTONIO MACHADO DA SILVA** e sua mulher **LEONOR MONTEIRO DA SILVA**; **PEDRO ANTONIO DO AMARAL** e sua mulher **LEONTINA CAMPELO DO AMARAL**; **CASTORINA DO AMARAL**; **OLIVIO MACHADO**; **VITALINA MACHADO**, E **TARCILA MACHADO**; e transmitente: o Juízo de Direito da 2º Vara desta comarca; transcrição efetuada em cumprimento ao mandado de 20.05.1960 [...] As terras “São Joaquim” foram obtidas por concessão de Carta de Sesmaria de 03.06.1757, confirmada em 27.06.1767, por **LINA RITA SOFIA DO AMARAL**⁸, passando de seus descendentes até os atuais adquirentes, que vem na posse das mesmas terras há mais de 30 anos; não consumindo registro anterior a assinalar [...]. (Fragmento da Certidão das Terras São Joaquim, emitida pelo cartório de Registro de imóveis 1º ofício Cleto Moura; via emitida em 2007; grifos no original)

Vê-se, então, que, de início, os “donos” legais das terras eram esses 8 indivíduos. Mas, embora essa titularidade das Terras fosse atribuída a todas essas pessoas, naquela época apenas uma delas,

⁸ Esses e outros registros confirmam que é antigo o desenvolvimento de atividades agrícolas e a formação de pequenos sítios na região do Baixo Acará. Nas terras São Joaquim, isso se mantém por gerações, e sob a gestão predominante dos descendentes de Lina Rita Sofia do Amaral. O que é comprovado pelo fato da maioria de as famílias residentes nas adjacências do igarapé Baiaquara, até hoje, terem o mesmo sobrenome Amaral.

Antônio Machado da Silva, assumia a gestão da propriedade e, por tal feito, era tido como o “dono das terras”, codinome que aqui também adotamos.

Dessa forma, a entrada dos camponeses naquelas terras (em 1962) dava início a uma relação de agregação, dependência e subordinação em relação aos seus donos legais, ou à figura do “dono” que representava os demais.

Martins (1981) explica que a presença, em contraste à ausência, do domínio de terras é um importante fator que vincula camponeses – na figura de *agregados* – a grandes proprietários de terras – por ele denominados de *fazendeiros* –, sendo esta uma relação bem recorrente no campesinato brasileiro. Semelhante a isso foi a relação que se estabeleceu entre as (inicialmente) três famílias camponesas e o “dono das terras”.

Do ponto de vista fundiário, constituiu-se um campesinato de uso comum, dentro de terras que eram privadas. Condição que por muitos anos se manteve indelével, sem aparentes conflitos. Contudo, quando passou a rodovia, começou-se a falar em “papéis da terra” que comprovassem o domínio das famílias sobre a propriedade. Iniciava-se ali uma nova relação entre as famílias do Centro Alegre e o dono das Terras São Joaquim. A relação, que anos antes havia sido tecida por diálogos e acordos simbólicos, agora se transformava em uma forte desavença, que culminou em uma briga judicial estabelecida entre as partes interessadas nas terras.

O declarado motivo que desestabilizou a relação entre eles muito tem a ver com a alegação, por parte de Antônio Machado, de que as terras São Joaquim pertenciam absolutamente aos proprietários que constavam no documento oficial da terra. Todavia, essa afirmação ignorava completamente os camponeses de Centro Alegre e os anos de trabalho que ali haviam desenvolvido.

Por outro lado, as terras, que até aquele momento permaneciam longínquas e resguardadas no meio da floresta, a partir daquele momento ganhariam significativa notoriedade, pois estariam à margem de uma rodovia estadual. E a comunidade Centro Alegre – que se situava aos fundos da propriedade – era justamente a fronteira entre a rodovia e o restante das terras.

O fato é que, se antes a titularidade de domínio daquelas terras nunca tinha sido alvo de desavenças, agora era. De um lado, as famílias declaravam que queriam ficar nas terras. Do outro lado, o dono das terras declarava que para isso eles tinham que sair, ou que precisariam pagar para ficar. Ali começava um imbróglcio muito grande, envolvendo Sindicato de Trabalhadores Rurais, os antigos agregados (e agora posseiros) e o proprietário das terras.

Esse contexto de conflito em volta do domínio das terras se assemelha ao que Octávio Ianni (1981) identificou quando estudou a luta pela terra em Conceição do Araguaia, motivada pela chegada de empresas agropecuárias e de imigrantes nordestinos na Amazônia, a partir de 1965. Naquele contexto,

Parece ter havido uma súbita metamorfose da terra. A terra, que parecia larga, farta, sem fim, de súbito, ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica. [...]. De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança que garantiam a “propriedade”. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se. (Ianni, 1981, p. 154)

O conflito pela terra nunca havia se posto, até então, em Centro Alegre. Mas, quando o Iterpa – no contexto de implantação da rodovia – precisou delimitar individualmente as terras do Baixo Acará, encontrou embargo justamente nas Terras São Joaquim. Embargo causado principalmente por causa da situação fundiária das famílias de Centro Alegre e pelas indefinições quanto aos limites das Terras São Joaquim.

A delimitação lavrada desde o tempo da emissão da Carta de Sesmaria, em 1757, mantinha-se em documento: “meia légua de frente por meia légua de fundo, mais ou menos”, ou seja, cerca de 800 metros quadrados. Mas a forma descrita deixava alguma dúvida quanto à real abrangência das terras, uma vez que as medidas eram imprecisas e referenciadas como “mais ou menos”.

Na prática, tanto as Terras São Joaquim, quanto a própria comunidade formada dentro dela, constituíram-se com delimitação territorial imprecisa. De modo que, quando o Iterpa traçou a nova delimitação das terras, os limites territoriais não coincidiram com os limites que eram alegados por Antônio Machado; foram bem menores, inclusive.

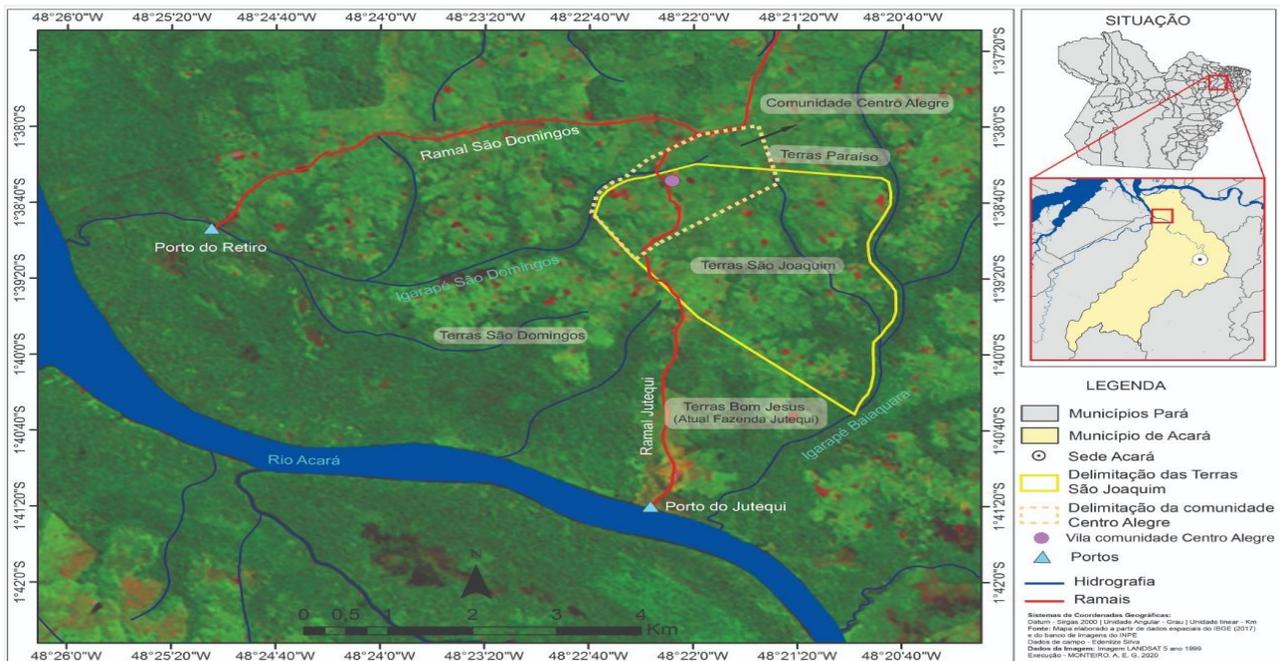
E como a comunidade havia se formado bem na extremidade sul das terras São Joaquim, a perda territorial nessa porção das terras coincidiu também com a perda de boa parte do território da comunidade (Observar os mapas 2 e 3).

Essa redelimitação das terras São Joaquim – efetivada a partir da demarcação de terras do Baixo Acará, feitas pelo Iterpa nesse período – provocou significativas transformações, que, como foi dito, respingaram significativamente em Centro Alegre.

De imediato, a transformação maior foi a redução do território da comunidade. Mas essa era apenas uma das questões. Dentro das terras, havia ainda a inquisição pelo direito de posse das famílias sobre parte daquelas terras.

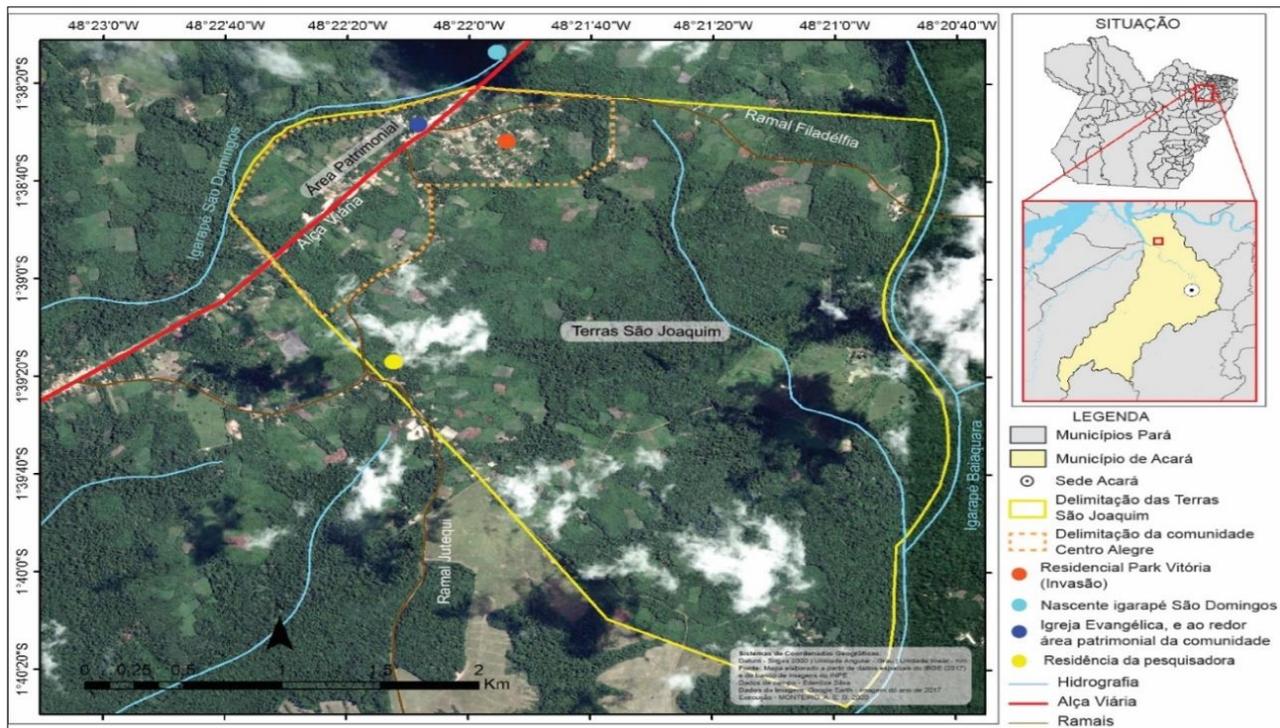
O litígio foi intenso. Não chegou a ter violência física, mas foi marcado por ameaças, incertezas e muitas reuniões entre posseiros, Antônio Machado e herdeiros dos outros sete donos das terras.

Mapa 2 – Configuração territorial de Centro Alegre até os anos 2000 e a sua localização em relação às Terras São Joaquim (esta, já com a nova delimitação estabelecida pelo Iterpa). Notar que o limite territorial da comunidade extrapola a delimitação das Terras São Joaquim.



Elaboração: Antônio Eduardo Gomes Monteiro (2020), especialmente para este trabalho.

Mapa 3 – Nova delimitação da comunidade Centro Alegre, agora dentro da delimitação das Terras São Joaquim. Notar a presença da rodovia passando aos fundos das Terras São Joaquim e ao meio do território da comunidade.



Elaboração: Antônio Eduardo G. Monteiro (2020), especialmente para este trabalho.

Todo esse processo foi acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará (STTRA), que, tão logo que surgiu a demanda, mobilizou sindicalistas para acompanharem a causa.

Nós orientávamos os trabalhadores rurais sobre os direitos que eles tinham. O sindicato já tinha posse dessas informações, aí nós começamos dizer pra eles que a partir de noventa dias, tu já podia fazer a casa coberta de telha; a partir de um ano e um dia, o Estatuto da Terra já te dava direito de posse, a gente foi orientando muito eles assim. A ordem da casa era ninguém sair. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018)

As famílias relutavam para permanecerem ali. Antônio Machado, por sua vez, alegava que esse direito não era legítimo e que por isso elas teriam que abandonar as terras, ou que precisariam pagar para receberem o domínio definitivo do local.

Após muitas idas e vindas, a dissolução da questão deu-se através da aceitação das famílias em uma das propostas feita por Antônio Machado, que condicionava a permanência dos camponeses ao pagamento de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada lote de terra (de 25 hectares, cada).

Aqui se destaca um ponto muito importante: a influência da rodovia sobre a questão. Querendo ou não, a presença dela, prestes a ser inaugurada, acirrou o tempo e a necessidade de se resolver a situação.

E parece que influenciou também nos tipos de interesses, de ambas as partes litigantes, sobre aquelas terras. Dizemos isso porque, até antes da rodovia, os donos das Terras São Joaquim e os posseiros que nela haviam, nunca tinham declarado conflito por causa da posse da terra. Por outro lado, antes da Alça Viária falava-se em território da comunidade Centro Alegre, e não em “lotes individuais para cada família”. A ideia de território unificado e coletivo da comunidade parecia, por fim, ter ficado para trás.

A partilha da terra

O parcelamento e a compra das terras onde havia se construído o Centro Alegre tinha algumas implicações. Por um lado, significava transformar, em fragmentado e particular, um território que durante toda a história daquela comunidade havia sido unificado sob o regime de uso comum.

Significava também despojar aqueles camponeses do direito de posse gratuita da terra. Direito esse conquistado através dos mais de 30 anos ali trabalhados e vividos. Esse direito havia sido reconhecido em 1964, por meio do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964).

O direito dos posseiros sobre terras públicas federais por eles ocupadas e trabalhadas foi reconhecido pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30/11/1964, art.97), que reconhece ao posseiro o direito à precedência na aquisição do lote em que vive com sua família, após um ano de ocupação, e o direito ao domínio sobre a terra, após dez anos ininterruptos de ocupação pacífica, com cultivo pelo posseiro e sua família. (CNBB, 2007, p. 34)

Embora esse amparo legal já existisse, na situação de Centro Alegre, ele não foi acionado. A compra e o parcelamento da terra é que foram apresentados e concebidos como direito e solução para o conflito por causa da terra.

No ano de 2002 – mesmo ano em que a rodovia foi inaugurada – foi efetivada a compra da porção traseira das Terras São Joaquim, justamente onde se encontrava a comunidade Centro Alegre. O pagamento, em dinheiro, foi efetivado pela então prefeita do município de Acará, à sra. Francisca Martins. Em troca disso, os camponeses precisaram doar, para a prefeitura municipal de Acará, um dos lotes das terras da comunidade.

Após a compra da terra, os camponeses de Centro Alegre se juntaram para reparti-la entre as famílias que ali viviam. Baseando-se em regras e critérios específicos, eles definiram a localização, o tamanho de cada parcela de terra e a que dono seria atribuído qual parcela, etc.

Os critérios utilizados para subsidiar a partilha da terra referiram-se, principalmente, ao quantitativo de pessoas constituintes de cada família, ao “rumo” de trabalho que cada família desenvolvia e, sobretudo, ao próprio trabalho desenvolvido na terra. Assim, com base nesses principais critérios, os picos foram traçados e a terra foi repartida.

Inicialmente, a espacialização do território de Centro Alegre consistiu em uma área patrimonial⁹ e mais oito lotes de terra. O que, em termos quantitativos, contabilizou um total de aproximadamente 241,22 hectares (gráfico 1).

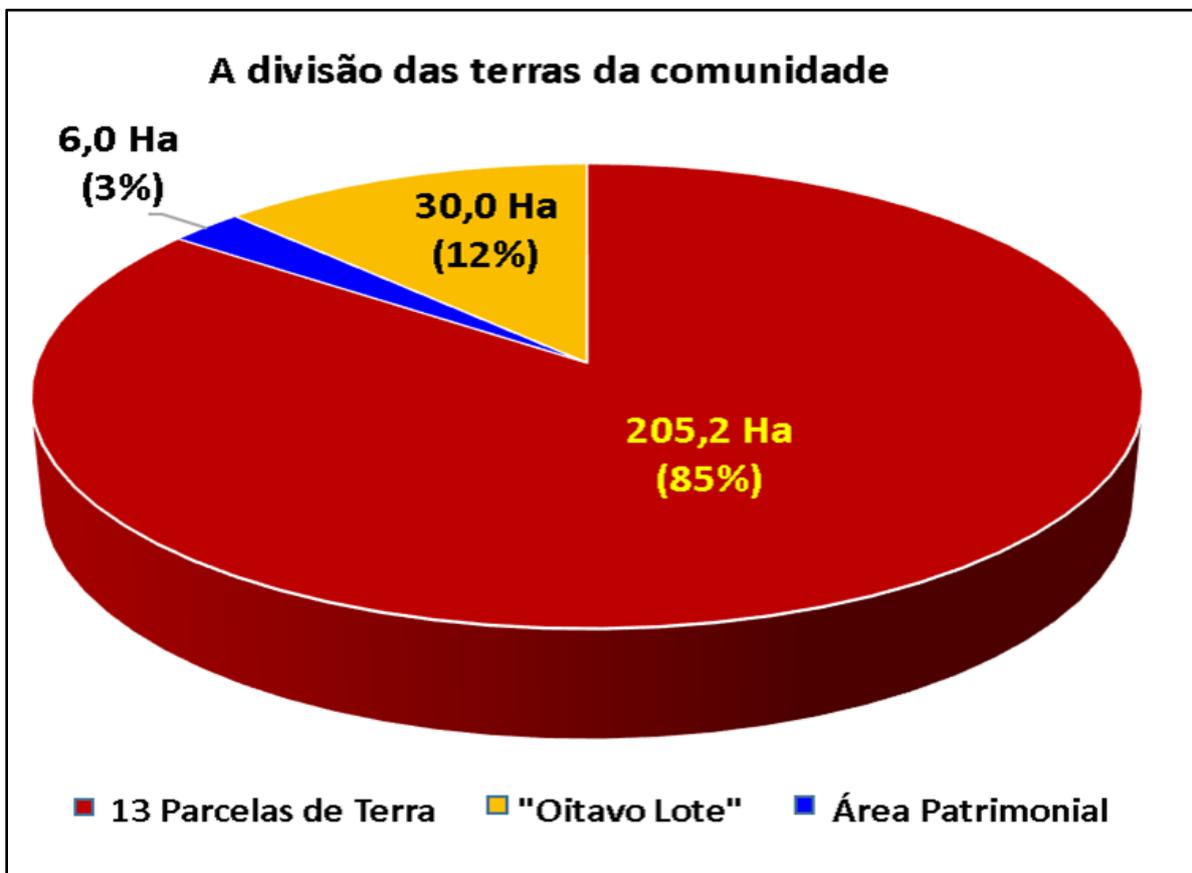


Gráfico 1 – Total (em ha) do território da comunidade no ato da partilha da terra

⁹ A área patrimonial é o centro da comunidade. No ato da negociação da terra, essa área não precisou ser paga para Antônio Machado. Antes da rodovia, nessa área residiam nove famílias. Nesse local, situava-se também a igreja evangélica Assembleia de Deus, o refeitório da igreja (local de refeição dos fiéis), o “grupo escolar” (escola), o Igarapé Grande e o “retiro” (casa de farinha) – elementos comuns a todos da localidade.

Um dos oito lotes, porém (que aqui denominamos de “oitavo lote”) ficou sob o domínio da prefeitura (que foi quem arcou com o pagamento das terras para a comunidade). Esse lote não foi usado na redistribuição da terra e teve destino distinto dos demais lotes.

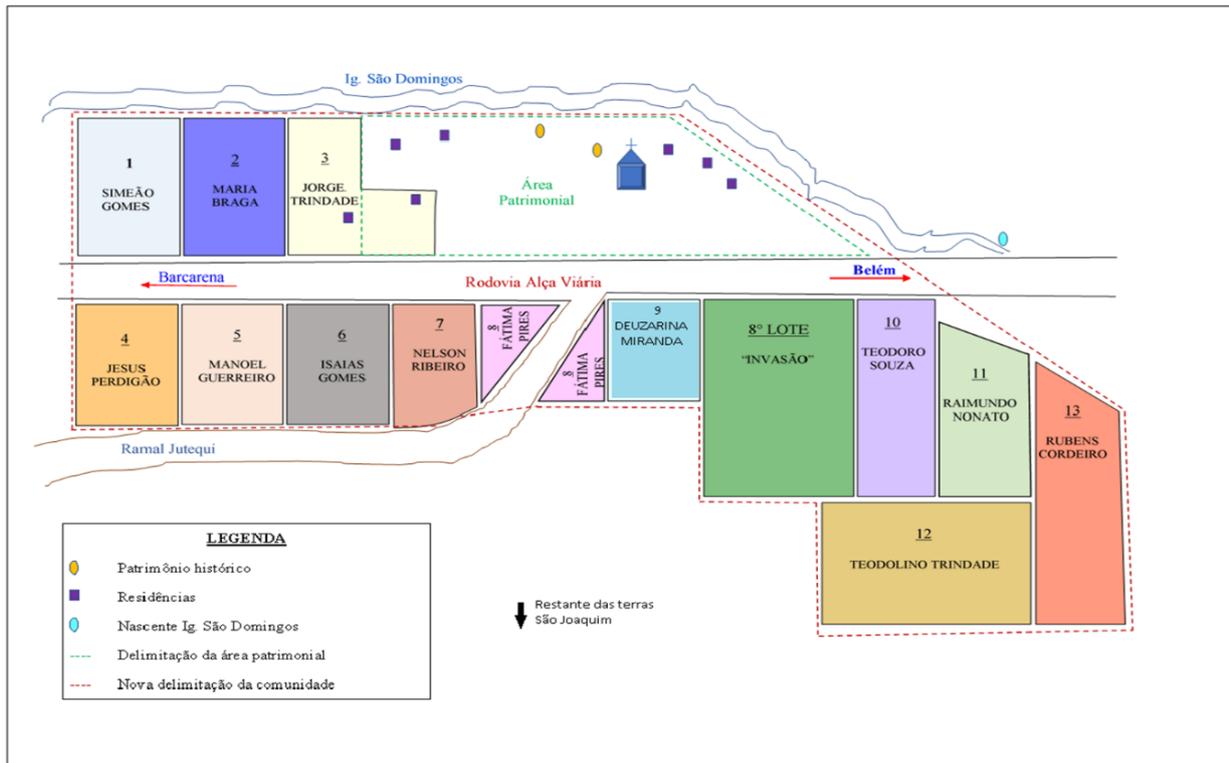
Gráfico 2 – Fragmentação do território de Centro Alegre em: área patrimonial, “oitavo lote” e os sete outros lotes de terra.



Fonte: Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

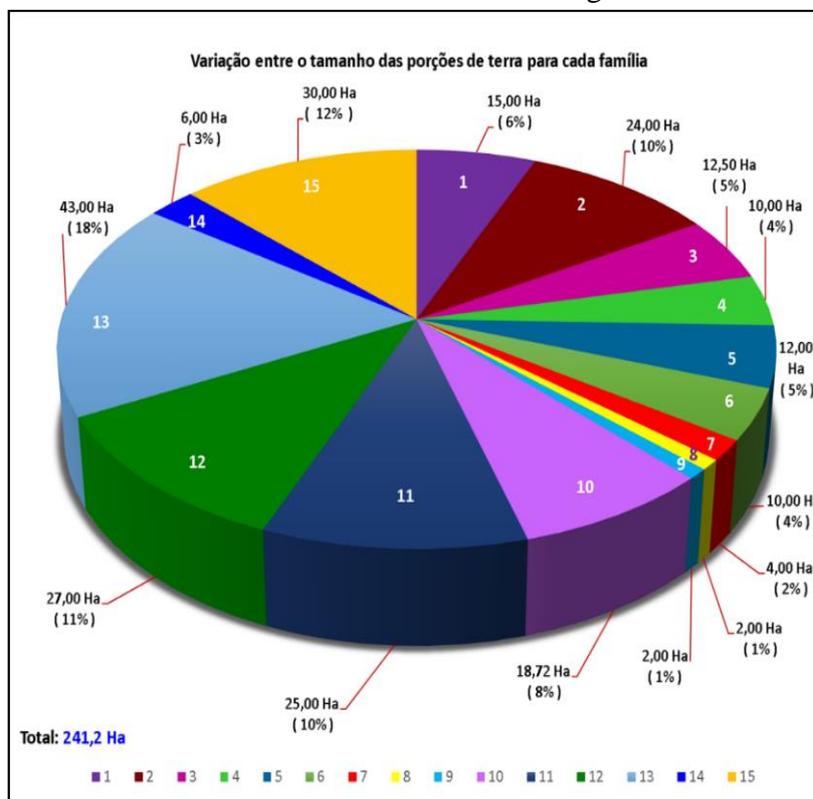
Os sete outros lotes, entretanto, foram fracionados em 13 parcelas menores de terra, de acordo com a quantidade de famílias que constituíam a comunidade naquele tempo. A partir daí, somem os lotes e nascem as parcelas de terra. Os gráficos a seguir, assim como a figura 3, ilustram essas fragmentações.

Figura 3 – Ilustração da fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra; localização de cada parcela e seus respectivos donos.



Fonte: Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

Gráfico 3 – Tamanho de cada parcela de terra no ato da partilha, e percentual em relação ao total de terras da comunidade Centro Alegre.



Fonte: Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

O gráfico 3 mostra que o tamanho das parcelas de terra foi variado. A parcela 1, por exemplo, ficou com 15 ha e correspondeu a 6% do total do território. A parcela 2 ficou com 24 ha, correspondeu a 10 % do total do território. E assim sucessivamente. A parcela 14, que é a área patrimonial da comunidade, ficou com 6,0 ha (3% do total do território); e a parcela 15, o “oitavo lote” ficou com 30 ha (12% do total do território).

A ampla variação no tamanho das parcelas teve relação direta com os critérios adotados pelas famílias para partilharem as terras (dos quais falamos melhor anteriormente).

O USO DA TERRA APÓS A TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO DE USO COMUM EM CAMPESINATO PARCELAR

Ao analisar o tamanho das parcelas de terra, podemos observar que houve uma significativa perda de território. Se os camponeses de Centro Alegre viviam da agricultura de corte e queima, pautado no pousio da terra, não é preciso muito esforço para perceber que esse sistema estaria ameaçado pela falta de áreas para a rotação dos plantios e descanso da terra. Ainda mais se observarmos que algumas famílias receberam porções bem pequenas de terra, entre 2,0 a 4,0 hectares, por exemplo.

A partilha da terra encerrou o acesso coletivo dos camponeses às porções de floresta. Cada família passou a ter o direito de acessar apenas a sua própria parcela de terra, que passaram a ser denominadas de *sítio*. Foi assim que nasceram, por exemplo, os sítios *Dois Irmãos*, *Fé em Deus*, *Sonho Meu*, *Salmo 91* e outros. A partir daí o *sítio* – pensado como a propriedade privada de cada família – passa a incluir espaços distintos dentro dele, tais como: o espaço casa-quintal, a capoeira, o mato, a roça e o açaizal¹⁰.

A nova forma de apropriação da terra impulsionou aquele campesinato a intensas transformações. Diminuíram-se as áreas de mato, as capoeiras, as áreas disponíveis para as roças. Aniquilaram-se os “centros” de trabalho que cada família costumava dispor e o uso de animais (cavalos) no processo de trabalho.

Houve, ainda, venda (parcial ou total) de parcelas de terra. O que fez com que algumas famílias ficassem com uma fração ainda menor de terra, fez também com que outras famílias partissem do local.

Algumas outras transformações relacionam-se às modificações no trabalho realizado na terra e na forma de comercialização dos produtos agrícolas. Peguemos a situação da comercialização dos produtos agrícolas como exemplo. Para tal, retomemos ao fato de que, durante grande período da existência dos camponeses naquelas terras, era por via fluvial que eles mantinham vínculo com a área

¹⁰ Plantio de açai (Euterpe oleracea).

comercial de Belém/PA, para onde destinavam boa parte de seus produtos agrícolas. Mas, com o surgimento da rodovia, extingue-se por completo o respectivo percurso: comunidade, ramal, igarapé, rio e cidade.

Rompe-se, assim, o acesso aos portos do Retiro e do Jutequi. Locais que antes eram utilizados para embarcar a produção agrícola e encaminhá-la até Belém. Agora, via estrada, os camponeses estavam diante da possibilidade de chegar bem mais rápido a Belém, e, mesmo, de comercializar seus produtos no local, vendendo diretamente para o consumidor final. Pois, como vimos, o Centro Alegre ficou situado bem à margem da rodovia onde passou a circular automóveis e pessoas de distintos lugares, o que teoricamente aumentaria a procura pela compra de produtos agrícolas.

Toda essa transformação teria, por fim, facilitado a vida daqueles camponeses? Uma pesquisa realizada nas comunidades de Nínive e Fortaleza – vizinhas à comunidade de Centro Alegre – investigou sobre o uso da terra por camponeses dessas comunidades após a construção da rodovia Alça Viária. Os autores identificaram que “[...] a mudança do escoamento do rio em certa medida fez com que todos se atentassem para o encarecimento do transporte e pressão por mais produção” (Penha et al., 2010, p. 5).

No caso dessas duas comunidades, os autores identificaram que os camponeses se apoiaram na ação coletiva, criando uma associação local, que foi fundamental para a união do grupo no processo de produção e comercialização dos produtos.

[...] em relação ao período anterior à construção da Rodovia, era mais economicamente e socialmente viável, a comercialização através do rio. [...]. [Além disso] para o fortalecimento e a manutenção tradicional do uso da terra, esse campesinato teve que criar associações e filiar-se ao sindicato rural para obterem crédito e financiamento pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nesse caso, o ambiente institucional passou a se tornar forte do ponto de vista da ação coletiva e dos resultados dessa ação. [...] Se não fosse a ação coletiva dos chefes de família dessas comunidades, as consequências do uso da terra, quando da produção e comercialização seriam maiores”. (Penha et al., 2010, p. 6)

Diferente do identificado naquelas comunidades, em Centro Alegre não houve maturação de associação ou outra forma de ação coletiva. Ao contrário, as famílias passaram a se articular de forma individual, contradizendo a configuração anterior de sua organização social, pautada na coletividade tanto para a realização das atividades agrícolas, como para a comercialização dos produtos.

Para alguns camponeses que passaram a morar à margem da rodovia, essa presença foi um fator positivo para a comercialização das mercadorias, pois, com a rodovia, se tornou relativamente simples montar uma barraca e comercializar suas mercadorias ali mesmo, sem a necessidade de levar para Belém.

Outros camponeses, entretanto, discordam dessa visão. Explicam que, embora exista essa possibilidade, ela não se aplica com a mesma facilidade aos que não dispuseram de terras próximas

à estrada. Além disso, apesar de ter aumentado a facilidade de acesso até Belém, por conta da ausência de transporte da própria comunidade, levar as mercadorias via rodovia, tornou-se mais dispendioso do que antes, quando era levado via fluvial. Isso pode ser evidenciado no diálogo a seguir, com dois agricultores locais:

Oswaldo: Olha, pra ti ver só, nesse tempo a gente apanhava era aquelas baciadas de biribá, de caju, de outras frutas também. Pegava tudo e levava pra Belém. A gente vendia, às vezes até trocava tudo em peixe fresco e trazia no outro dia pra casa.

Pesquisadora: Mas se colocar na beira da pista, não dá para vender também?

Emercindo: É porque antes a gente arrecadava qualquer tipo de fruta, e na quantidade que fosse. A gente juntava tudo e levava pra Belém, e lá na Conceição, ou no Ver-O-Peso mesmo, a gente vendia tudo o que levasse. Agora não, na beira da pista as pessoas não compram de muito, compram aquele pouquinho de fruta e pronto, se sobrar sobrou, nesse tempo o que levasse vendia tudo. (Diálogo com Oswaldo da Silva e Emercindo Felizardo da Conceição, Sítio Santa Lúcia, fev. 2019)

Apesar da possibilidade de comercialização na própria rodovia, outra dificuldade encontrada relaciona-se ao excesso de tempo que se gasta para conseguir vender: “No começo eu ainda mandei os meninos [filhos] experimentar vender lá na pista, mas depois desisti. O tempo que eu fico lá, esperando alguém comprar alguma coisa, eu tô é aqui, capinando uma roça, roçando o sítio... eu não tenho essa paciência, não” (entrevista com Teodolino da Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun., 2019).

De forma geral, ainda se evidencia trabalho agrícola na comunidade, embora com limitações e em proporção bem menor que antes. Nas parcelas de terra adjacentes à rodovia, por exemplo, esse trabalho é quase inexpressivo. Durante o trabalho de campo, identificou-se que das dez parcelas de terra contíguas à rodovia, apenas em quatro delas ainda se faziam roças.

Nessas parcelas de terra, a dimensão das roças era de, no máximo, duas tarefas por ano/família. Valor que explica o fato de os parentes, os vizinhos e as famílias de forma geral não mais se juntarem semanalmente para fazerem as farinhadas. A extinção das farinhadas levou a uma expressiva modificação nos elementos que constituíam o cenário da área patrimonial da comunidade, tais como a extinção da presença de animais (cavalos), dos poços de mandioca e dos retiros onde se fabricavam a farinha.

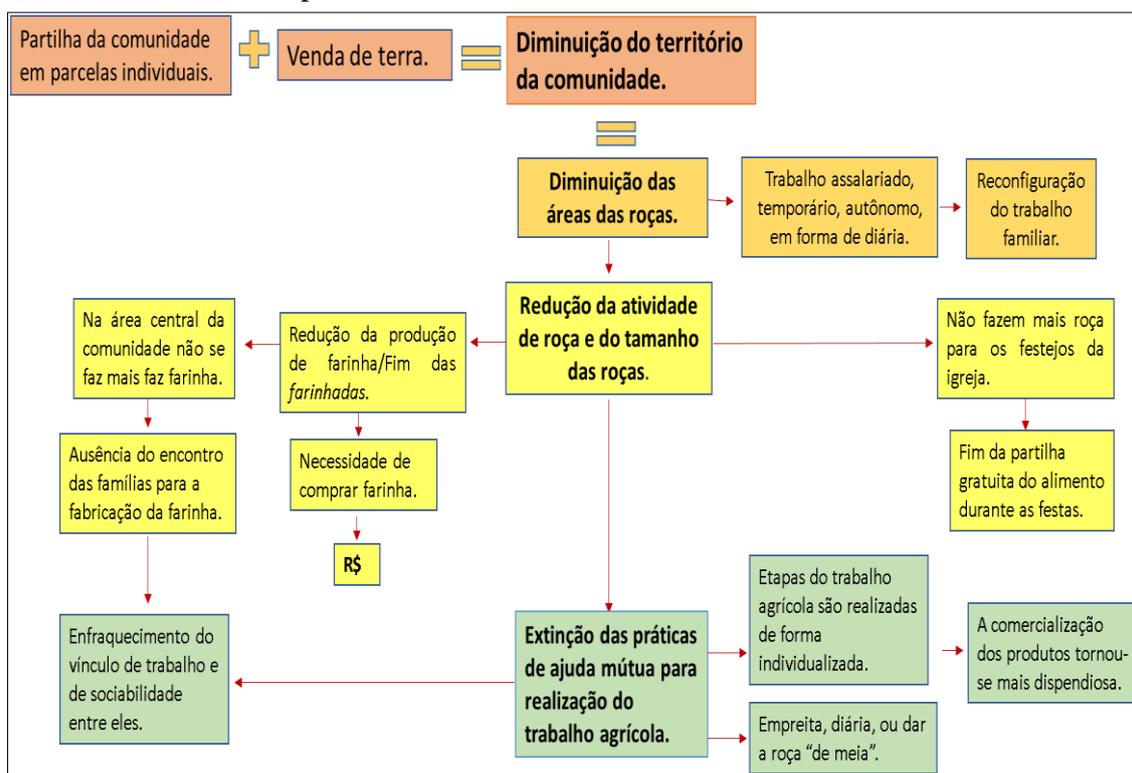
Figuras 4 e 5 – Retiro localizado na área patrimonial da comunidade. A ocupação do espaço com outros objetos e a ausência de chapa/forno evidencia a não fabricação de farinha no local.



Fotos: Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

Após a construção da rodovia e respectivo parcelamento da terra, é possível observar transformações na estrutura física da comunidade, mas, sobretudo, transformações nas formas de uso da terra, nas relações de trabalho e nos traços de sociabilidade entre os membros do grupo. O esquema disposto na figura 6 ilustra rapidamente essas transformações.

Figura 6 – Principais transformações agrícolas ocorridas em Centro Alegre após o parcelamento do território da comunidade.



Elaboração: Edenilze C. Silva de Jesus (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o estudo em Centro Alegre, verificamos que a transformação do campesinato de uso comum para campesinato parcelar provocou intensas transformações no uso das terras e na própria configuração desta comunidade.

A observação na forma de uso das terras de Centro Alegre revela que as famílias vivem hoje um contexto de fortes limitações de recursos naturais em suas áreas. A diminuição do território da comunidade reconfigurou esse campesinato. Atualmente, mesmo as famílias que não venderam suas terras afirmam que as áreas de terra restantes não garantem mais uma boa possibilidade de produção.

Dentre as principais limitações constam: área insuficiente para realização de um adequado tempo de pousio das capoeiras, baixa produtividade dos solos e conseqüente diminuição da produção cultivada. Esse conjunto de limitações parece ter influenciado também no tamanho das roças, famílias que faziam de dez a 12 tarefas de roça, hoje fazem apenas duas, em média.

A diminuição das áreas disponíveis para implantar as roças influenciou, ainda, em mudanças na realização do trabalho familiar, a exemplo da não participação de todos os membros da família nas atividades realizadas na unidade produtiva, e do fato de muitos representantes de famílias (homens) passarem a desenvolver outras atividades, como trabalho autônomo ou trabalho assalariado fora da propriedade.

A partir de Centro Alegre, lê-se a realidade de outras comunidades tradicionais interceptadas por rodovias ou outros projetos infraestruturais. Com base nessas experiências, vemos que, embora os dispositivos jurídicos tenham avançado na direção de proteção dos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, esses grupos ainda são figuras frágeis no processo de participação e de tomada de decisões quanto ao uso dos seus territórios e às suas múltiplas e perversas conseqüências.

E é pautada nessa insistente fragilidade de que a organização política e social desses grupos continua sendo a mais forte ferramenta de luta e resistência contra qualquer forma de invisibilidade e exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista B. Estudos urbanos e regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32/maio 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p.15-33.

ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio: Terra de uso comum e resistência camponesa*. São Paulo, 1990. Tese (doutorado) – orientada por Moura, Margarida Maria; FFLHC/USP, 1990.

AQUINO JUNIOR, Paulo Olívio Correa de. *Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará/PA): disputas em torno da terra e futuro*. 2019. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Biblioteca digital. Câmara dos deputados, 35ª Edição. Disponível em: file:///C:/Users/escritorio%20not/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. História e memória de um município da Amazônia: a chegada do “Desenvolvimento” em Moju/ PA (Década de 1980). *Revista Observatório*, Palmas, v. 2, n. especial 1, p.113-141, maio 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial.p.113>.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança, Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Campanha da Fraternidade 2007: Texto-base/Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*. – São Paulo: Editora Salesiana, 2007.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002. p. 133-171.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). *Estatísticas Municipais Paraenses: Acará*. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016.

GARZÓN, Biviany Rojas; YAMADA, Erika M.; OLIVEIRA, Rodrigo. *Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais*. São Paulo: 2016, Rede de Cooperação Amazônica – RCA; Washington, DC: Due Process of Law Foundation, 2016.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliette Miranda; QUINTELA, Rosângela. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002. p. 175-202.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIMA, Aline Maria Meiguins de; WARISS, Samir Said Campelo; FRADE, Amadeu Farage. O desenvolvimento socioambiental decorrente da implantação da Alça Viária, trecho Guamá – Moju, no estado do Pará. *Revista GEO*, ISSN: 1981-9021 – GEO UERJ –, v. 1, n. 18, Ano 10, 1º semestre de 2008.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. A convenção no 169 da organização internacional do trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais: A experiência das comunidades quilombolas de Alcântara – MA. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges; LOPES, Danilo da Conceição Serejo; SILVA, Eduardo Faria (org.). *Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha*. Manaus: UEA Edições; PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013. 214 p.; 16 cm. – (Coleção Documentos de Bolso; n. 5).

- MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002. p. 233-274.
- MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. *Textos clássicos sobre o direito e os povos indígenas*. Curitiba: Juruá, 1992.
- MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. *Camponeses, donos de engenhos e escravos na Região do acará nos séculos XVIII E XIX*. Paper do NAEA, n. 153, 2000.
- OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Rodovia Br-163: integração territorial e novas dinâmicas. In: XXI ENANPEGE 2019: a geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562332634_ARQUIVOARTIGOBR-ENANPEGE.pdf. Acesso em ago. 2020.
- PENHA, Luciano et al. O uso da terra após a construção da Rodovia Alça Viária (PA-283): o caso das comunidades Fortaleza e Níniver no Município de Acará, Nordeste Paraense. *V Encontro Nacional da Anppas*. 2010.
- PINTO, Lucio Flávio. *Alça Viária: é tudo ou nada*. *Jornal Pessoal*, n. 248, I quinzena, dezembro, 2000, XIV edição.
- ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Atualização de texto: Antônio José Soares. Belém: Distribel, 2001.
- SETRAN (SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ). *Relatório de Impacto Ambiental – Rima do Sistema de Integração do Pará: Alça Rodoviária*. Belém/PA, 1999.
- SILVA, Bruno de Souza. *Viveres maranhenses: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-90)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e de ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2018.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, Ano II, n. 3, jan./jun. de 2008. p.59-83.
- VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. *Sesmarias*. Belém: Iterpa, 2009. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.